A educação no Rio de Janeiro

Simon Schwartzman

Na década de 90, em todo o Brasil, o acesso à educação melhorou, e o Rio de Janeiro não ficou atrás. Antes, não havia escolas suficientes para todas as crianças. Hoje, o acesso à educação fundamental é quase universal. Os outros níveis também expandiram – a educação pré-escolar, o ensino médio, e o ensino superior. Um dos resultados importantes desta melhoria do acesso é que a educação média da população vem aumentando, e o número de analfabetos, diminuindo. No entanto, este aumento no acesso não se fez acompanhar, como seria desejável, por uma melhoria equivalente na qualidade da educação. Muitas crianças e adolescentes ainda abandonam a escola, sobretudo a partir dos 14 anos de idade; existe ainda muita repetência, e atraso escolar; e muitos continuam freqüentando a escola, mas não aprendem o que deveriam. O grande desafio da educação, para os próximos anos, é o desafio da qualidade.

Analfabetismo

O analfabetismo, entendido como a incapacidade de ler ou escrever um pequeno texto, está restrito hoje sobretudo à população mais velha, e que vive nas regiões com menos recursos. Em 1991, 20,07% da pessoas de 15 anos e mais no Brasil eram analfabetas; em 2000, a percentagem havia caído para 6,22%. No Estado do Rio, a evolução foi de 9,72 para 6,22%. O nível de analfabetismo no estado do Rio de Janeiro é dos mais baixos do país, próximo dos de Brasília, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos com 5 a 6% de analfabetos. Em contraste, na região nordestina, vários estados têm 25% ou mais de analfabetismo, sendo que o Maranhão, Piauí e Paraíba se aproximam dos 30%. Comprando as áreas metropolitanas, observamos uma evolução de 8.22 para 5.61% no Rio de Janeiro, um pouco abaixo das áreas metropolitanas do Sul (Porto Alegre, 4,76; Florianópolis, 4.71%), mas semelhante a de São Paulo (5,57).

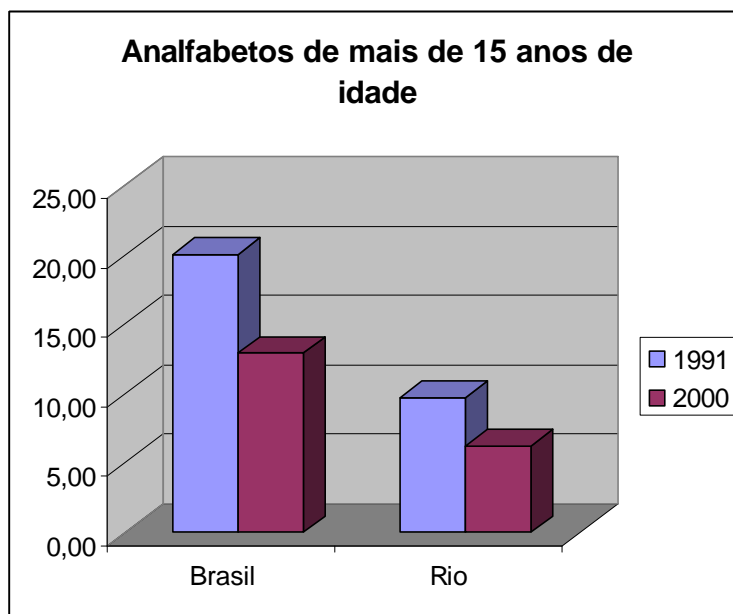



Gráfico 1

Para entender o que está ocorrendo com o analfabetismo, é necessário examinar a situação dos jovens entre 15 e 17 anos de idade, que já deveriam ter concluído a escola fundamental. Em 2001, 11,40% dos jovens nesta idade no Brasil eram analfabetos; em 2000, esta percentagem havia caído para 4%. O estado do Rio de Janeiro, que em 1991 ainda tinha 4,27 de analfabetos nesta idade, havia caído em 2000 para 1,5%, próximo do Distrito Federal, São Paulo, e os estados do sul. É provável que este 1% seja formado por pessoas com dificuldades especiais de aprendizagem, que existem em toda parte. Assim, é possível afirmar que, no Estado do Rio de Janeiro, as formas mais extremas de analfabetismo estão desaparecendo, só existindo, ainda que de forma reduzida, na população mais velha, cuja juventude ocorreu em uma época em que o acesso à escola era mais difícil. Alguns estados do Nordeste, no entanto, ainda têm índices de analfabetismo preocupantes neste grupo de idade, próximo dos 10% - uma melhora importante em relação a 10 anos atrás, quando as percentagens eram de 10 a 25%, mas ainda inaceitavelmente alta.

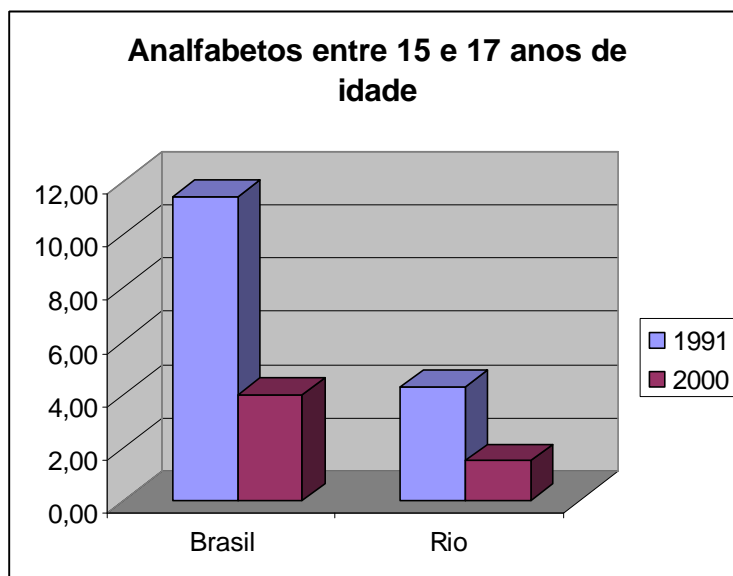



Gráfico 2

A comparação do Rio de Janeiro com as demais áreas metropolitanas mostra que, ainda que tenha havido uma evolução, o Rio de Janeiro não tem conseguido acompanhar outros centros na redução do analfabetismo nesta idade.

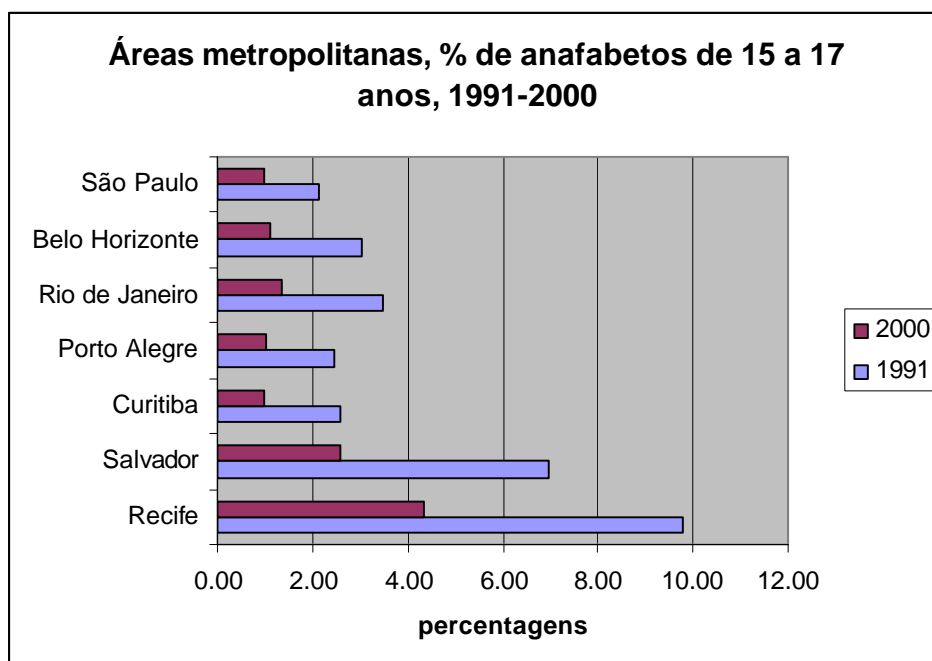



Gráfico 3

O estoque educacional

Uma outra maneira de verificar a cobertura da educação do país é pelo número de anos de escolaridade de sua população. Se todos tiverem completado os 11 anos de educação básica – oito de educação fundamental, e mais três de educação média, ou secundária – a média nacional de anos de escolaridade da população de 25 anos e mais deveria ser de 11 pelo menos. Em 1991, estávamos ainda em 4,87%, um pouco acima do antigo curso primário; em 2000, havíamos evoluído para 5,87% - um ganho de um ano em uma década. O Estado do Rio de Janeiro, no período, evoluiu de 6.47 para 7.24%. Em todo o país, só o Distrito Federal havia superado a média de 8 anos, equivalente ao ensino de primeiro grau completo. Esta evolução lenta se explica pelo fato de que a grande maioria da população de mais de 25 anos não chegou a se beneficiar da grande expansão da educação brasileira da década de 90. No futuro, pode-se esperar que o aumento da escolaridade média da população se dê com muito mais intensidade.

Comparando as principais regiões metropolitanas, nota-se que o Rio de Janeiro tinha o nível de escolaridade mais alto do país em 1991, e ainda mantém esta situação em 2000, embora as diferenças sejam menores. Os maiores ganhos em escolaridade no período foram de Curitiba (1,17 anos) e São Paulo (1.14 anos). Em comparação, a região metropolitana do Rio de Janeiro só aumentou a escolaridade média de sua população em 0,82 anos. Este dado, junto com outros que serão apresentados mais adiante, mostram que o Rio de Janeiro não está conseguindo fazer com que seu sistema educacional acompanhe a evolução que vem ocorrendo em outras regiões, e, com isto, a posição preponderante que a metrópole do Rio de Janeiro tinha em muitos indicadores começa a se reduzir.

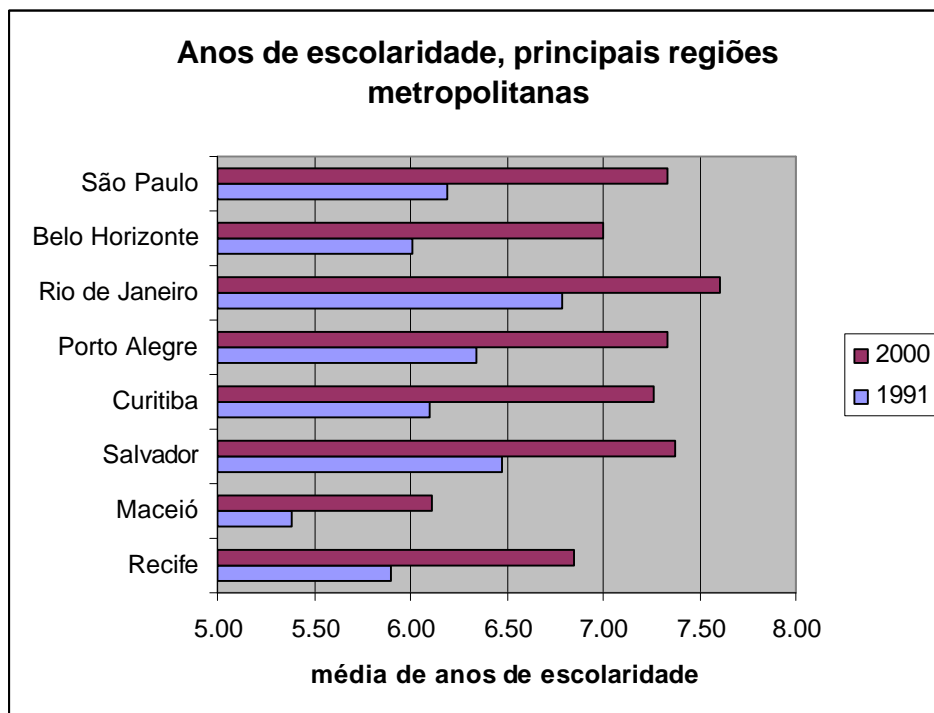



Gráfico 4

Acesso ao ensino fundamental.

No Brasil, o ensino fundamental obrigatório é de 8 anos, para as crianças entre 7 e 14 anos de idade. Em 1991, 79,42% das crianças desta idade estavam na escola; em 2001, esta percentagem havia subido para 94,52. Nem todas estas crianças, no entanto, estavam no ensino fundamental. Assim, em 1991, no Brasil, 2,10% das crianças neste grupo de idade estavam na escola, mas não no ensino fundamental; em 2001, esta percentagem havia aumentado para 4,52. No Estado do Rio de Janeiro, esta percentagem havia aumentado de 3,97 para 6,19.

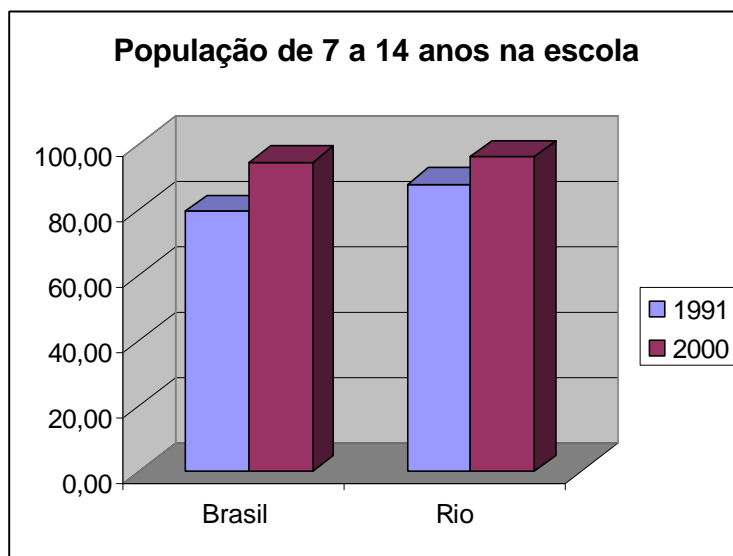



Gráfico 5

Comparada com outras áreas metropolitanas do pais, a cidade do Rio de Janeiro tem padrão de escolaridade que é mais típico dos centros mais pobres, da região nordestina, do que das regiões do centro sul, indicando que a cidade não tem avançado como poderia no sentido de se assegurar que as crianças de 7 a 14 anos de idade estejam efetivamente freqüentando a escola fundamental.

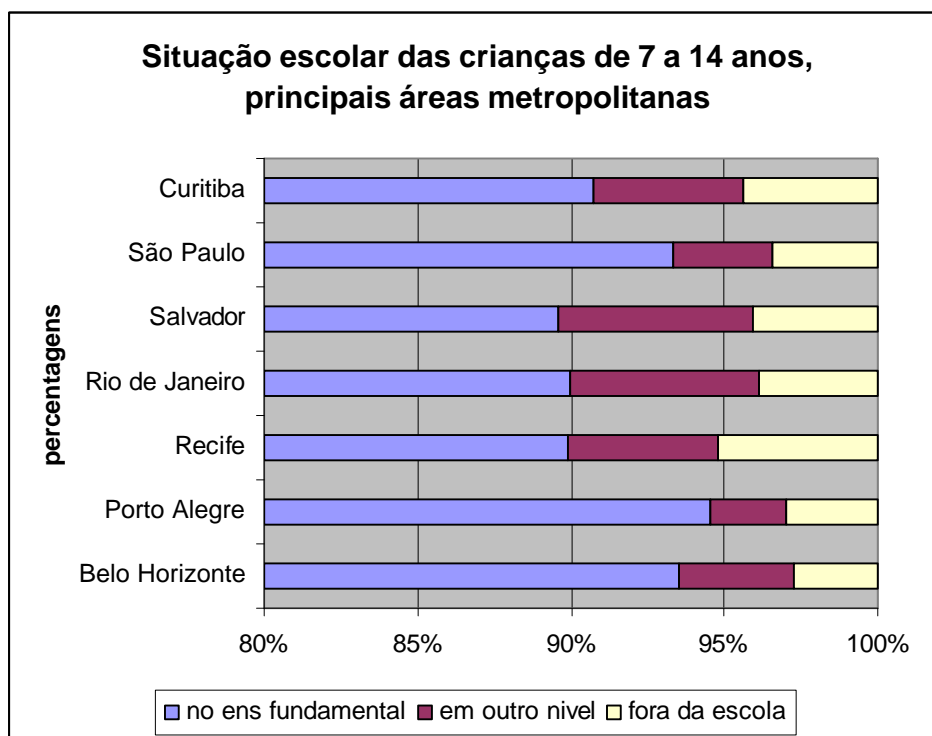



Gráfico 6

A maioria das crianças deste grupo que estão fora da escola ou têm 7 anos de idade, e vão se matricular mais tarde, ou têm 13 a 14 anos de idade, e já abandonaram a escola. E a maioria das crianças que estão na escola, mas em outro nível, são de 7 anos de idade, e ainda estão retidas na pré-escola, sobretudo na região Nordeste.

Atraso escolar

O atraso escolar é um problema conhecido e de grande importância na educação brasileira. Muitas crianças entram tarde na escola, e repetem o ano. As taxas de repetência no Brasil estão entre as mais altas do mundo. A repetência funciona, na prática, como um mecanismo de exclusão das crianças que não conseguem acompanhar os cursos, e que são, em geral, oriundas de famílias com menos recursos econômicos e com menos educação. As crianças que repetem acabam desistindo, e abandonam a escola antes de completar o ensino fundamental.

Na década de 90, sobretudo nos estados do Sudeste e Sul, houve um importante movimento no sentido de reduzir a repetência, com a introdução de ciclos de dois ou quatro anos, e outros procedimentos. Os resultados, em termos de redução do atraso escolar, foram muito significativos. Os resultados pedagógicos destas políticas são pouco conhecidos. Estas políticas deveriam ser acompanhadas de um esforço concentrado de apoiar os estudantes com mais dificuldades de aprendizagem, para que eles não sejam simplesmente promovidos sem aprender. Por outro lado, eles não teriam ficado em melhor situação se tivessem sido obrigados a repetir a série.

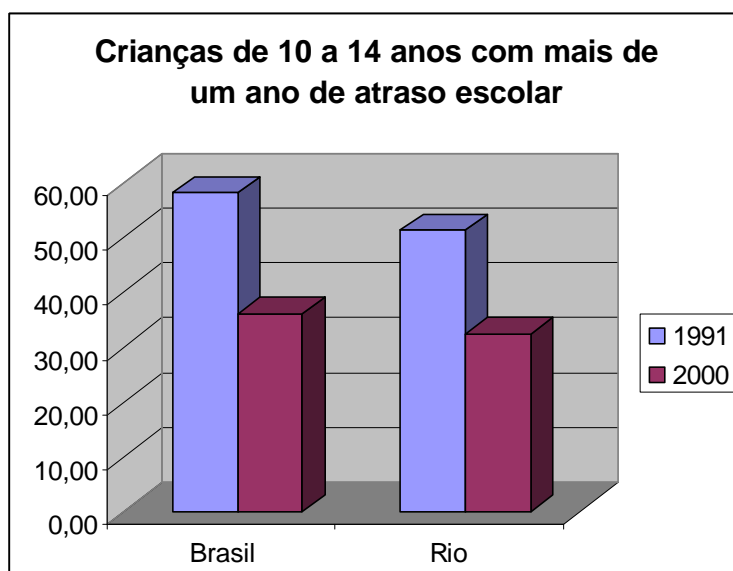



Gráfico 7

No Brasil, em 1991, a percentagem de crianças entre 10 e 14 anos com mais de um ano de atraso escolar era de 58,16%; em 2000, esta percentagem havia se reduzido para 36,21, um

valor ainda muito alto. No Estado do Rio de Janeiro a percentagem para 1991 era de 51,33, tendo se reduzido para 32,45 em 2000. Na década, os maiores avanços na redução do atraso escolar foram os do estado de São Paulo, que passou de 37 para 14%, e o Distrito Federal e os estados da região sul, que chegaram todos à casa dos 20%. Muitos estados no Nordeste, no entanto, continuaram com índices altíssimos de atraso escolar, entre os quais o Maranhão, que passou de 80 para 62%, com os demais permanecendo próximo da casa dos 60%.

A comparação entre as principais áreas metropolitanas do país mostra que a cidade do Rio de Janeiro não acompanhou a São e as demais capitais do sul no esforço de redução do atraso escolar, se mantendo, em geral, em um perfil similar às capitais do Nordeste.

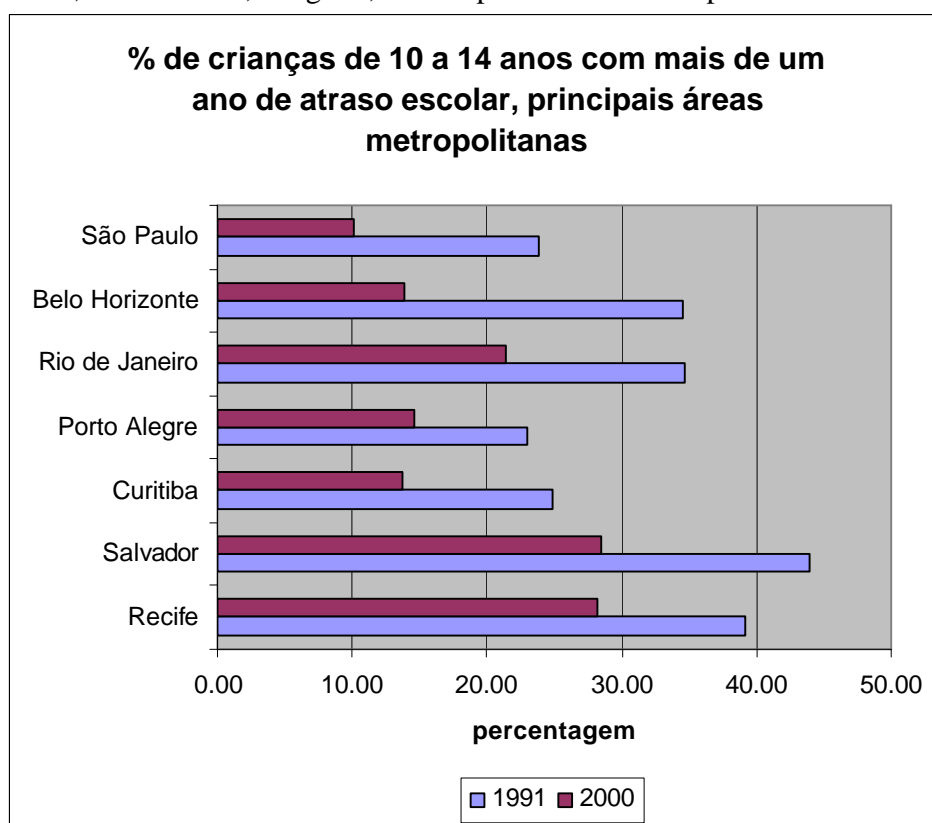



Gráfico 8

O tamanho do ensino fundamental

O atraso escolar não cria, somente, um problema para as crianças, mas também para o país. Para abrigar tantas crianças fora da idade, o sistema educacional teve que se expandir mais do que devia. O indicador para isto é a "taxa bruta" de matrícula, que compara o número de alunos matriculados no ensino fundamental com o número de pessoas que existem na faixa de idade respectiva, ou seja, entre 7 e 14 anos de idade. No Brasil, em 1991, a taxa era de 100%, e no ano 2000 era de 124% - ou seja, quase 15% a mais do que seria desejável. No Estado do Rio de Janeiro, a evolução foi de 107 para 123,8%. Os melhores resultados em relação a isto são os do Paraná, com 115%, e os estados do Sul e Espírito Santo, com

valores próximos dos 120%. No Nordeste, aonde o síndrome da repetência se mantém, estão os piores indicadores de inchaço do sistema, com valores próximos dos 130% .

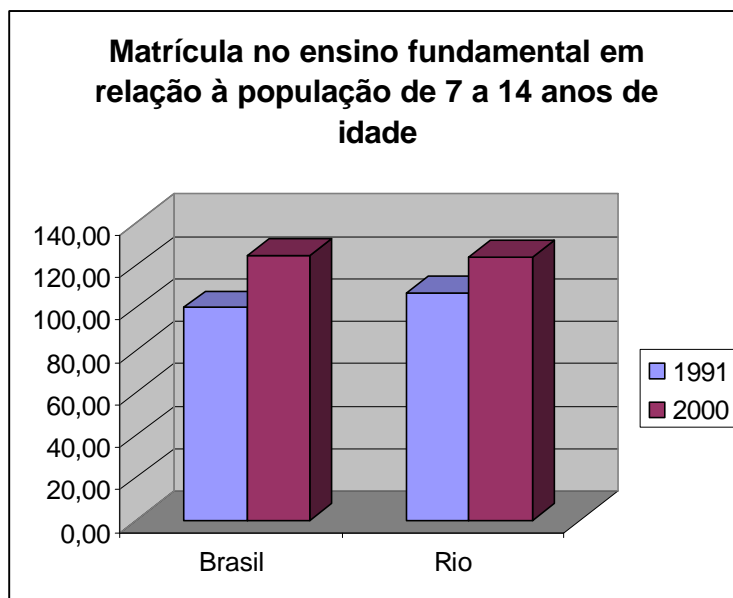



Gráfico 9

Todas as principais áreas metropolitanas brasileiras já tinham taxas superiores a 100% em 1991, e continuaram a crescer na última década, aumentando em média 15 pontos percentuais, exceto a região de São Paulo, aonde, graças a uma política deliberada de correção de fluxo, o aumento foi somente de 9 pontos percentuais.

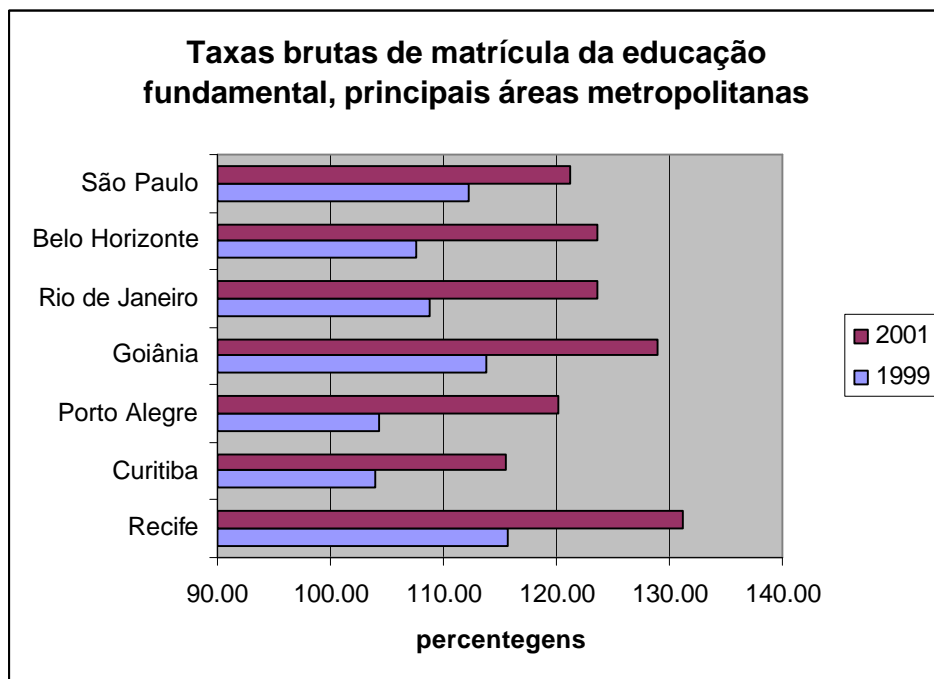



Gráfico 10

A expansão do ensino médio

Com o avanço da universalização do ensino fundamental, o acesso à educação de jovens entre 15 e 17 anos de idade também cresceu de forma muito significativa. Por causa do atraso escolar, muitos destes jovens, que deveriam estar no ensino médio, estão ainda no ensino fundamental, mas pelo menos não estão fora na escola, na mesma proporção que anteriormente. No Brasil como um todo, na década, o número de jovens de 15 a 17 anos fora da escola diminuiu de 44,9 para 22,4%; no Estado do Rio de Janeiro, passou de 35,8 para 18,5%. Ainda é uma percentagem muito alta, considerando o objetivo de que todos os jovens desta idade devam estar estudando. A maior parte desta redução se deve à expansão do ensino médio, que em 1991 atendia a somente 16% dos jovens deste grupo de idade, e passou a atender a 36,2% em 2000. No Estado do Rio de Janeiro, o atendimento passou de 22,8 em 1991, significativamente acima da média nacional, para 38,9, já não tão diferente do país como um todo.

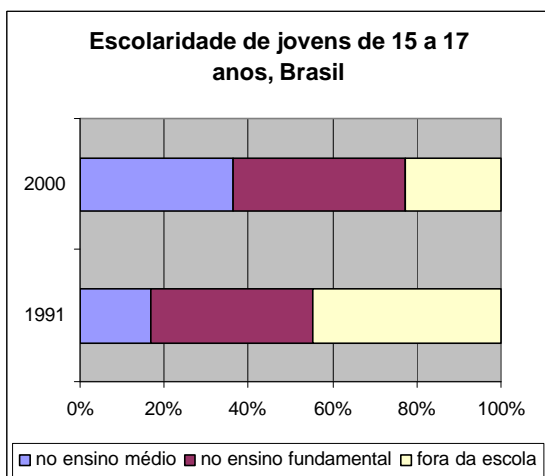



Gráfico 11

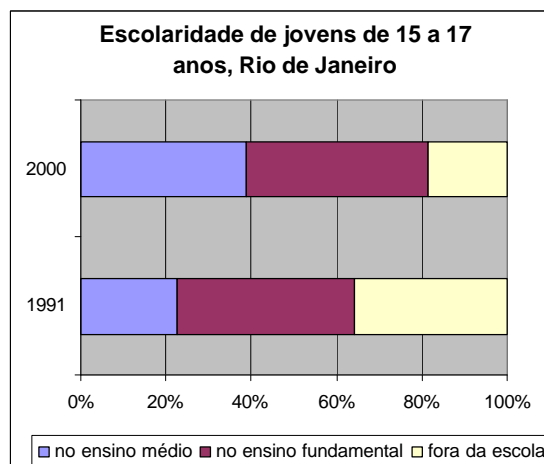



Gráfico 12

A comparação entre a cidade do Rio de Janeiro e as principais áreas metropolitanas do país pode ser vista no quadro abaixo, que mostra uma situação inesperada, que requer uma pesquisa mais aprofundada para ser melhor entendida: as metrópoles do Sul, como Porto Alegre e Curitiba, são as que têm maior pecentagem de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio, ajustadas portando à sua idade; mas são também as que têm maior proporção de jovens fora da escola, chegado a quase 25% no caso de Curitiba, e também 23.6% em Londrina. Por outro lado, a área metropolitana de Salvador, que tem o pior ajuste idade – série neste nível, é também a que tem menor porcentagem de jovens desta idade fora da escola. Uma hipótese é que, nas cidades do sul, existe mais possibilidade de trabalho para os jovens que não consegue completar o ensino médio a tempo, e por isto eles não continuariam matriculados indefinidamente, como pode estar ocorrendo no Nordeste. O Rio de Janeiro tem um ajuste idade-série bastante insatisfatório, só melhor do que Salvador e Recife, e uma percentagem relativamente alta de jovens fora da escola – 17,1%.

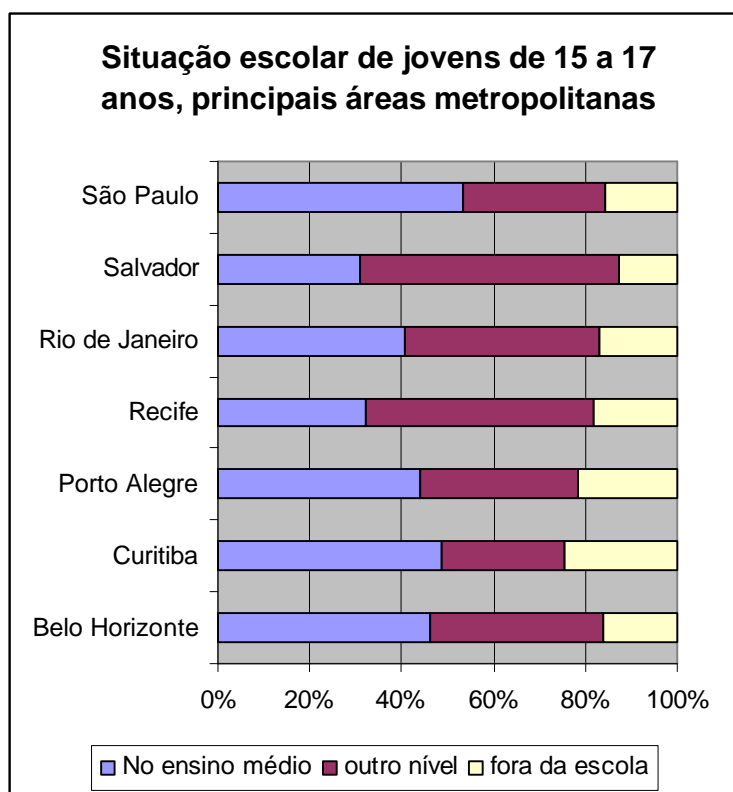



Gráfico 13

Mas o ensino médio não atende somente aos jovens de 15 a 17 anos. Assim como existem muitos jovens desta idade que ainda estão no ensino fundamental, existem muitas pessoas no ensino médio que já deveriam ter terminado este nível de estudos, e ido para o ensino superior, para o mercado de trabalho, ou as duas coisas. Isto pode ser visto através da taxa bruta de matrícula no ensino médio, que é a comparação entre o número de pessoas matriculadas neste nível e o total de pessoas na faixa de idade correspondente. No Brasil, entre 1991 e 2000, a taxa bruta mais do que duplicou, passando de 36,7 para 77,3. No Estado do Rio de Janeiro, ela foi de 50,9 para 88,6% no período. Isto significa que o sistema de ensino médio no Estado do Rio de Janeiro tem tamanho suficiente para atender a quase 90% da população de jovens entre 15 e 17 anos; e no entanto, somente 39% destes jovens estão matriculados neste nível.

Uma outra maneira de ver esta questão é em termos da proporção de estudantes no ensino médio que têm mais de 18 anos de idade. Em Salvador e Recife, mais de 60% dos estudantes estão nesta condição; em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, a proporção é de aproximadamente 50%; o Rio de Janeiro, com cerca dd 56%, está mais próximo dos estados do Nordeste.

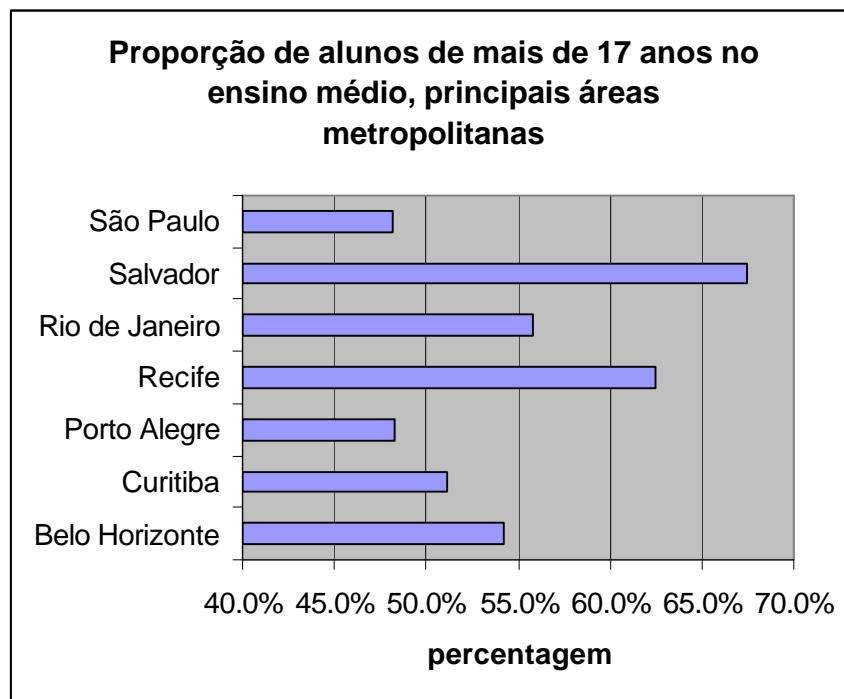



Gráfico 14

O ensino superior

A escolarização em nível superior no Brasil ainda é muito pequena. Na década de 90, o número de estudantes no ensino superior aumentou em mais de 100% em todo o país. A taxa líquida de matrícula, ou seja, a percentagem de jovens entre 18 e 24 anos de idade que freqüenta o nível superior, aumentou de 4,26 para 7.21% em todo o país; no Estado do Rio de Janeiro, ela foi de 7.08 para 10,02% (incluindo tanto os alunos de graduação quanto de pós graduação).. A taxa bruta, ou seja, a comparação entre o número de matriculados no ensino superior e a população de jovens de 18 a 24 anos de idade, aumentou de 7,35 a 12,92% no Brasil, e de 12,40 a 18,18% no Estado do Rio de Janeiro. No Brasil, a maior taxa bruta de escolaridade neste nível é a do Distrito Federal, com cerca de 24,4%, seguido do Rio Grande do Sul, com 21,52%. Nos estados do Nordeste, a cobertura é de cerca de 5 a 10% brutos. . Tanto quanto nos outros níveis, existem muitas pessoas mais velhas cursando universidades, o que não é necessariamente uma distorção, já que não existe idade limite para pessoas que queiram continuar se formando; mas tudo indica que, na medida em que o ensino médio se expanda e se consolide, a demanda por educação superior continuará aumentando. No Brasil como um todo, a percentagem de estudantes de nível superior de mais de 24 anos de idade era de cerca de 44,18%, dois pontos percentuais a mais do que em 1991, indicando um leve envelhecimento da população estudantil neste nível.

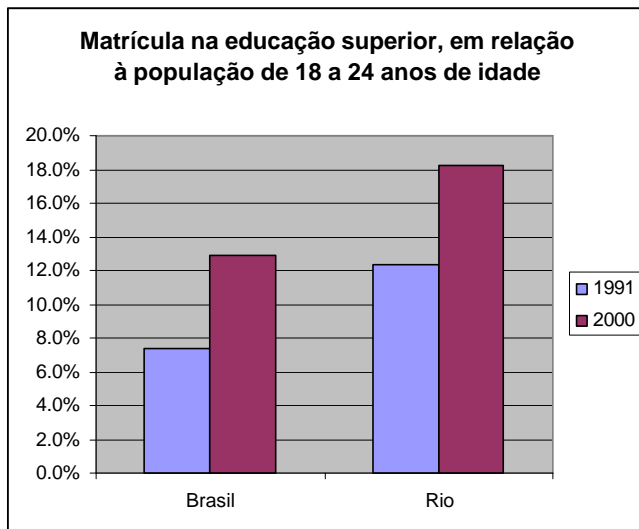



Gráfico 15

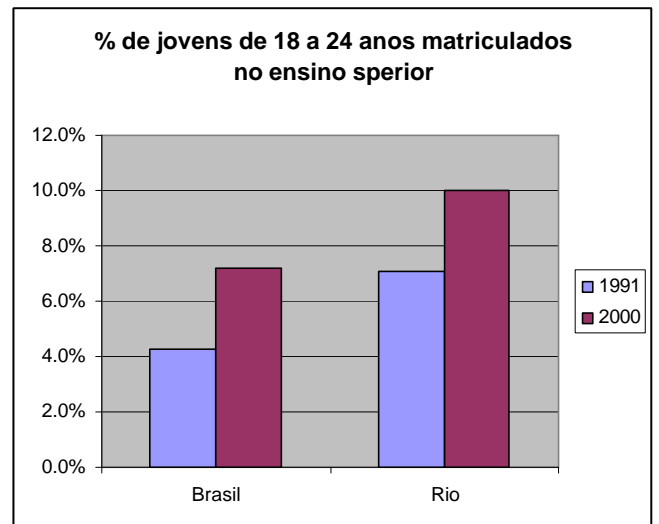



Gráfico 16

Comparado com outras áreas metrpolitanas, o Rio de Janeiro fica em situação intermediária, tanto em relação às taxas líquidas (proporção de jovens de 18 a 14 anos matriculados no ensino superior) como brutas (totalde matriculas em relação à população de 18 a 24 anos de idade, chamando a atenção a situação de Porto Alegre, com uma taxa bruta superior de cerca de 26%, já típica de um sistema de educação superior de massas.

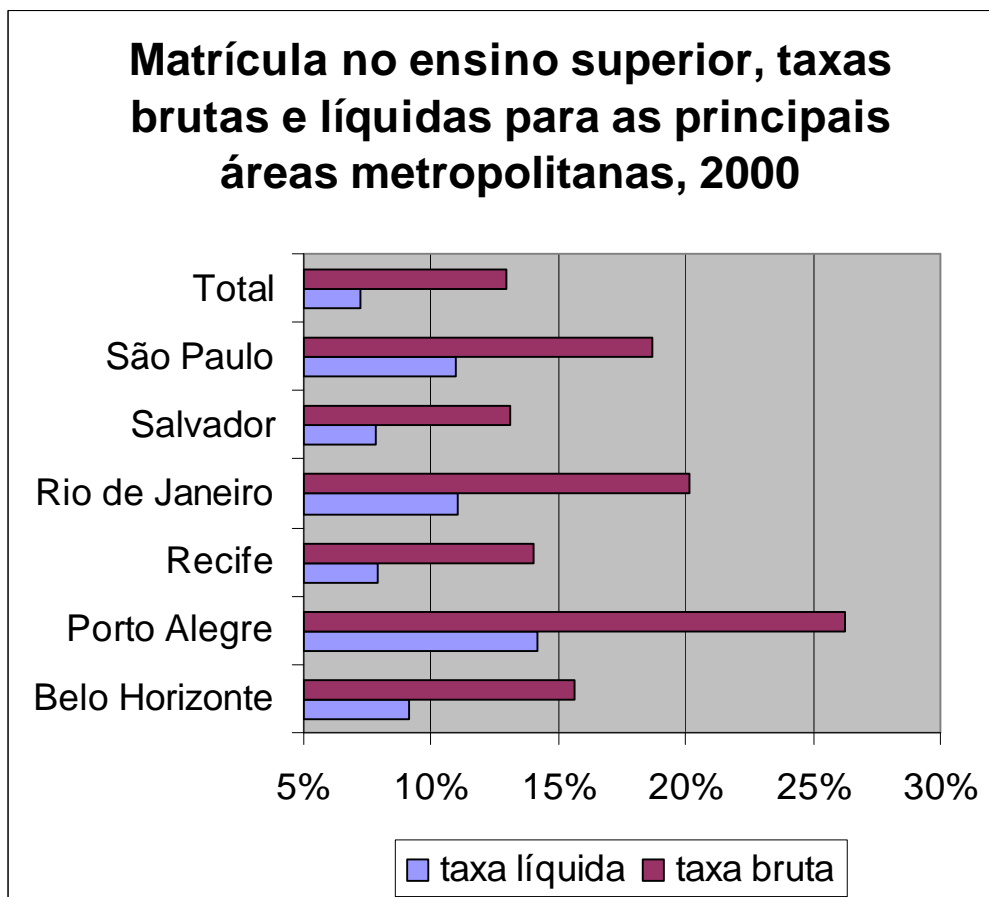



Gráfico 17

Os determinantes sociais do acesso à educação

As grandes diferenças de acesso à educação entre os diferentes estados e regiões metropolitanas reflete as diferenças de renda e condições de vida que existe entre eles. Elas diferenças afetam a capacidade que os Estados e cidades têm de oferecer escolas à população, e de dar a estas escolas os recursos de que necessitam para funcionar bem – devemos lembrar que as redes de ensino fundamental são do responsabilidade de estados e municípios, e o ensino médio, dos Estados, cabendo ao governo federal um papel relativamente menor nestas esferas.

Além das diferenças entre estados e cidades, existem as diferenças entre as pessoas: filhos de famílias com menos recursos, e aonde os pais não tiveram níveis adequados de educação, tendem a aproveitar menos das escolas, e abandonar os estudos mais cedo. No Brasil, os censos e as pesquisas domiciliares pedem às pessoas que declarem sua "cor", escolhendo entre "brancos", "pretos", "pardos", orientais e indígenas. Estas "cores" correspondem, ainda de forma imperfeita, às diferenças de origem das pessoas – as brancas de ascendência européia, as pretas de ascendência africana, e as pardas da combinação de distintas ascendências. Estas diferenças estão relacionadas, por sua vez, com importantes

diferenças sociais e econômicas – os brancos, assim como os de origem oriental, têm melhores salários, mais educação e menos desemprego do que os pretos, pardos e de origem indígena. Existem muitas explicações possíveis para isto, que vão desde as diferenças históricas que afetaram a vida destes diferentes segmentos da população, e que ainda se fazem sentir, até a existência de práticas discriminatórias contra determinados grupos.

O impacto destas diferenças socioeconômicas pode ser visto nos diferentes níveis da educação brasileira. Assim, em 1991, 85% das crianças brancas de 7 a 14 anos estavam matriculadas no ensino fundamental, conta 70% das não brancas (pretas e pardas), uma diferença de 15 pontos percentuais. Em alguns estados, como a Bahia, Alagoas, Maranhão e Paraíba, esta diferença era superior a 25%. Na medida em que a educação fundamental foi se universalizando, estas diferenças diminuíram consideravelmente. Em 2000, 93,2% das crianças brancas, e 88% das pretas e pardas, estavam na escola – uma diferença de cinco pontos percentuais. No Estado do Rio de Janeiro, a diferença era de menos de 4%.

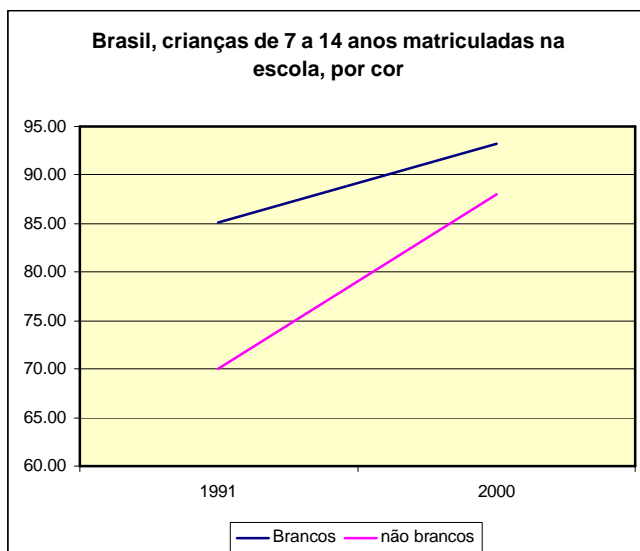



Gráfico 18

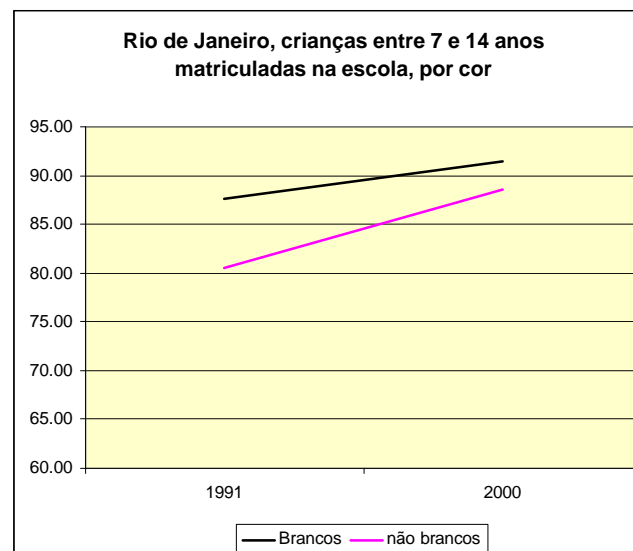



Gráfico 19

Infelizmente, esta redução da desigualdade de acesso à educação inicial não tem a continuidade que seria desejável. No Brasil, entre os adolescentes de 15 a 17 anos de idade, em 1991, 23.7% estavam matriculados no nível médio, contra somente 8.43% dos não brancos, uma diferença de 15 pontos percentuais. No ano 2000, as percentagens haviam aumentado para 46,05 e 23%, uma diferença de 23 pontos percentuais. Isto mostra que a população branca aproveitou mais do que a não branca da expansão do ensino médio, e com isto as diferenças aumentaram para este grupo de idade, ao invés de diminuir. Em escala menor, isto também ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, aonde as diferenças passaram de 18 para 20%.

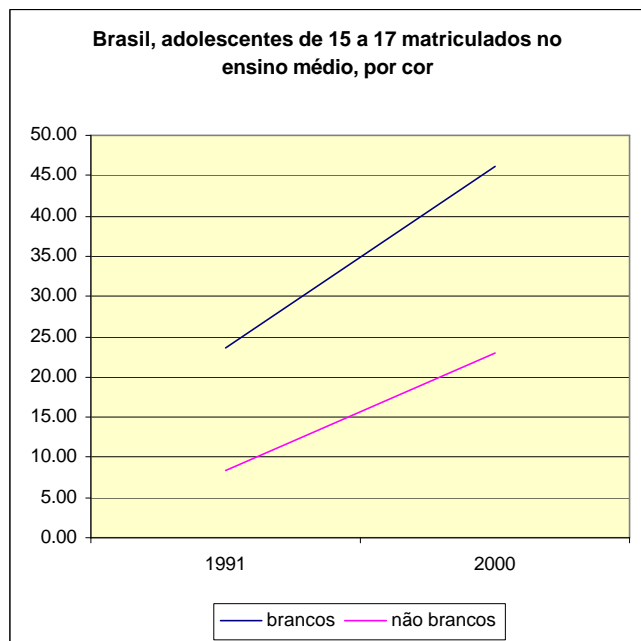



Gráfico 20

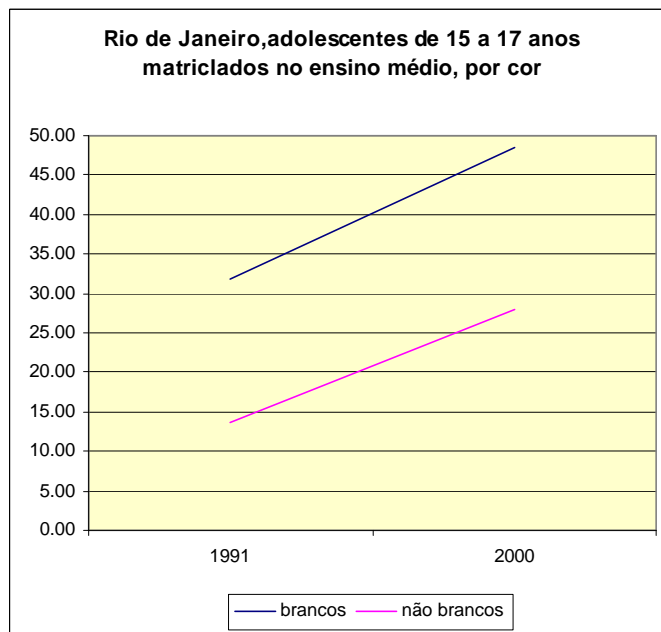



Gráfico 21

A Educação nos municípios do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro é bastante heterogêneo, com importantes diferenças econômicas e sociais, e isto aparece também nos dados sobre educação. Em alguns municípios, como na cidade no Rio de Janeiro, Niterói, nas cidades serranas de Petrópolis, Teresópolis e Friburgo, e na região próxima a São Paulo – Volta Redonda, Resende, Barra Mansa – os níveis de analfabetismo da população são bastante baixos, inferiores a 8%. Em outras – na região central e norte do Estado, em municípios com Jardim, São Francisco de Itabapoana, e, no centro, Trajano de Morais, os índices são muito altos, da entre 20 e 30%. Todos os municípios estão trabalhando para melhorar a educação, ainda que não na mesma intensidade. Na pior das situações, entre 82 e 87% das crianças do município entre 7 e 14 anos estão na escola fundamental – é o que ocorre, por exemplo, em São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Rio Claro. Quissamã, que era um dos municípios com um dos índices mais altos de analfabetismo do Estado, agora mostra um nível extremamente alto de escolarização de suas crianças, acima de 90%.

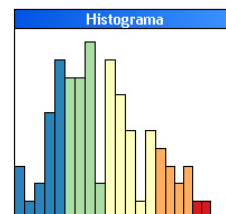
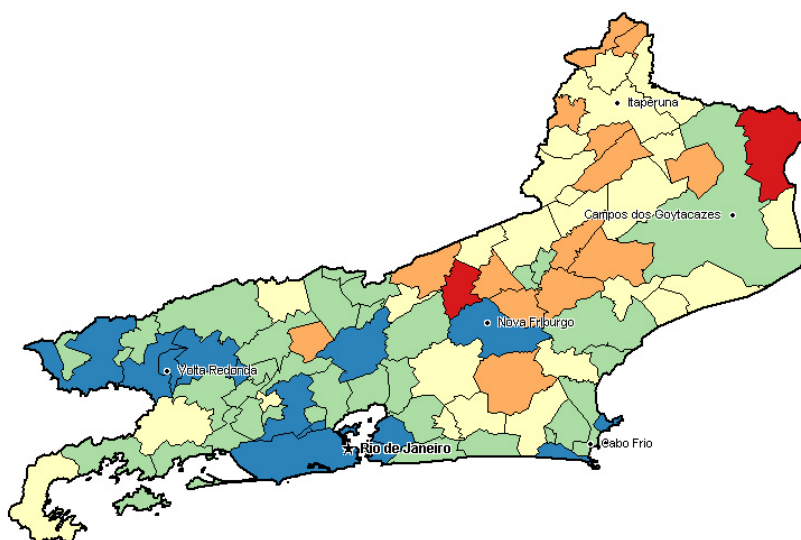
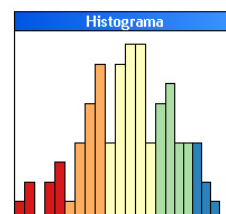
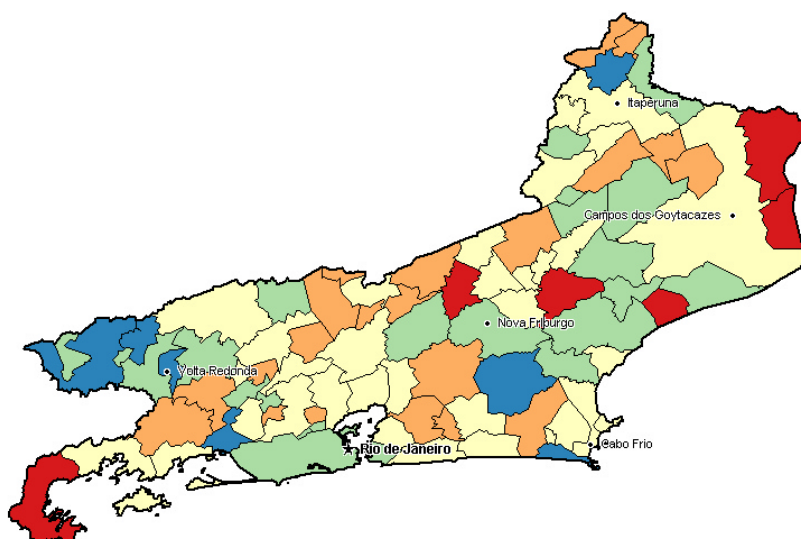
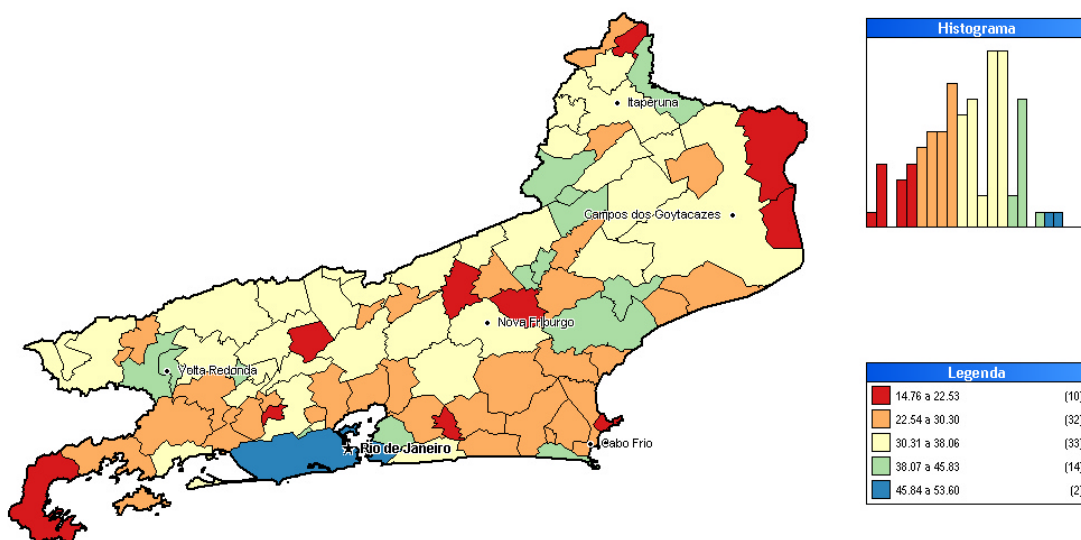
O acesso ao ensino médio, para adolescentes de 15 a 17 anos, está mais concentrado, e o acesso ao ensino superior mais ainda, com Niterói ocupando uma posição destacada e isolada, seguido do Rio de Janeiro e Volta Redonda.

Esta análise mostra que as cidades principais do Estado – sobretudo Rio de Janeiro e Niterói acabam se tornando como quase únicas opções para os jovens que pretendem

continuar estudando, e isto pode estar tendo um efeito negativo na capacidade de as cidades do interior reterem seu pessoal mais qualificado.
Os dados no quadro abaixo mostram a situação dos municípios de mais de 100 mil habitants do Estado, e os mapas a seguir ilustram a distribuição geográfica destas variáveis.

Principais indicadores de educação dos muniicípios do Rio de Janeiro com mais de cem mil habitantes					
	População do município	**% analfabetos de 15 anos e mais**	**%de 7 a 14 anos no ensino fundamental**	**% de 15 a 17 anos no ensino médio**	**% de 18 a 24 anos no ensino superior**
Rio de Janeiro (RJ)	5,857,904	4.4	90.7	47.4	15.7
Nova Iguaçu (RJ)	920,599	7.2	88.4	31.5	4.3
São Gontalo (RJ)	891,119	5.8	89.9	40.1	5.8
Duque de Caxias (RJ)	775,456	8.0	88.5	30.0	3.9
Niterói (RJ)	459,451	3.6	92.3	53.6	26.2
São João de Meriti (RJ)	449,476	5.7	90.4	35.8	3.7
Belford Roxo (RJ)	434,474	8.0	87.2	26.4	2.2
Campos dos Goytacazes (RJ)	406,989	10.1	89.5	31.2	7.7
Petrópolis (RJ)	286,537	6.4	88.3	37.8	9.4
Volta Redonda (RJ)	242,063	5.1	92.9	45.4	12.6
Magé (RJ)	205,830	9.9	89.4	27.8	2.3
Itaboraí (RJ)	187,479	10.8	87.0	24.6	2.5
Nova Friburgo (RJ)	173,418	7.4	92.5	37.4	10.6
Barra Mansa (RJ)	170,753	6.4	92.8	41.4	7.0
Nilópolis (RJ)	153,712	3.8	92.1	40.5	7.7
Teresópolis (RJ)	138,081	10.4	91.3	33.4	8.3
Macaé (RJ)	132,461	7.9	91.2	41.1	6.2
Cabo Frio (RJ)	126,828	8.3	88.2	28.6	4.1
Queimados (RJ)	121,993	9.3	86.4	21.0	1.4
Angra dos Reis (RJ)	119,247	8.9	89.0	30.1	3.8
Resende (RJ)	104,549	6.9	95.4	37.7	10.4

Quadro 1

Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, 2000
Municípios do Estado do Rio de Janeiro

Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando o curso fundamental, 2000
Municípios do Estado do Rio de Janeiro

Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estão freqüentando o segundo grau, 2000
Municípios do Estado do Rio de Janeiro

Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que estão freqüentando curso superior, 2000
Municípios do Estado do Rio de Janeiro